

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE MINISTRAS E MINISTROS IBERO-AMERICANOS DE RELAÇÕES EXTERIORES

30 de novembro de 2020

DECLARAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Inovação para o Desenvolvimento Sustentável – Objetivo 2030. A Ibero-América face ao desafio do Coronavírus

A reunião de Ministras e Ministros de Relações Exteriores dos países ibero-americanos, realizada de forma telemática sob a presidência de Andorra, expressou a sua vontade de continuar a trabalhar em conjunto em busca de soluções inovadoras que permitam aos nossos países superar os efeitos da grave crise sanitária global produzida pela pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (causadora da COVID-19) que está atingir todos os nossos povos e que está a causar graves consequências económicas e sociais.

Tomou-se nota que, por razões sanitárias, a XXVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo se irá celebrar em 22 de abril de 2021, em Andorra.

Reiterou-se, igualmente, o compromisso com a participação inclusiva nas reuniões da Conferência Ibero-Americana.

De igual modo, a Reunião de Ministras e Ministros de Relações Exteriores:

1. Afirmou que os efeitos devastadores da pandemia requerem que a comunidade internacional apresente uma resposta global e coordenada, solidária e concertada que enfrente o grande desafio da recuperação inclusiva, e resiliente das nossas economias, bem como assegurar o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza e a desigualdade, garantindo à população a proteção social em todos os seus âmbitos.
2. Manifestou o seu pesar pelas milhares de vítimas mortais que a pandemia está a causar na Comunidade Ibero-Americana, especialmente entre os idosos, assim como a sua solidariedade para com aqueles que continuam a sofrer os seus efeitos ou perderam entes queridos.
3. Reconheceu o extraordinário trabalho e louváveis esforços feitos pelo pessoal de saúde para enfrentar a crise gerada pelo Coronavírus, tratando os pacientes e vítimas desta pandemia com grande qualidade humana. Cuidá-los é cuidar de toda a cidadania.
4. Valorizou o esforço dos cidadãos neste processo e reiterou que a saúde de toda a população depende também da responsabilidade individual de cada um de nós.

5. Destacou o papel que desempenham as redes ibero-americanas promovendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências, em particular em matéria de saúde, em resposta à pandemia. Do mesmo modo, valorizou o esforço dos Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos, na sua busca de novas fórmulas de financiamento e apoio técnico, reorientando e fortalecendo a sua ação para alcançar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto atual.
6. Expressou a sua preocupação pelo aumento exponencial da pobreza e da pobreza extrema e do seu impacto em milhões de pessoas na Ibero-América que perderam os seus empregos e os seus meios de vida, provocando um retrocesso nos avanços da primeira década e meia deste século em matéria de crescimento económico, no combate à fome e à desigualdade, no acesso à educação e saúde, entre outras áreas.

Inovação para o desenvolvimento sustentável

7. Coincidiu em que o mundo no seu conjunto, e a Ibero-América em particular, estão imersos num processo acelerado de revisão das políticas e medidas necessárias para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e enfrentar os desafios do futuro. A crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19 mostrou a vulnerabilidade das nossas sociedades ante o aumento de eventos externos repentinos, disruptivos e de grande impacto, reforçando a necessidade urgente de acelerar uma transformação vital em direção ao paradigma do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 e o seu compromisso de que ninguém fique para trás surge como uma grande ferramenta acordada entre todos, que nos compromete a favor da cooperação à escala global.
8. Sustentou que a recuperação em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável requer um esforço comum para consciencializar os cidadãos sobre o seu papel no desenvolvimento sustentável e sobre o valor da cooperação internacional. Nesse sentido, reconheceu o trabalho realizado para incorporar ao espaço ibero-americano a temática da cidadania global para o desenvolvimento sustentável.
9. Assinalou que a COVID-19 revelou o potencial do desenvolvimento científico e tecnológico para enfrentar os desafios atuais, bem como o custo humano de não inovar no mundo digital. Graças às tecnologias digitais e ao teletrabalho, Estados, trabalhadores e empresas continuam a fornecer os seus serviços mesmo nos mais severos meses de quarentena. Existem, contudo, grandes desafios que se devem enfrentar com urgência, sobretudo porque continua a existir um acesso desigual às tecnologias de informação e às comunicações.
10. Mostrou-se convencida da necessidade de continuar a promover uma sociedade digital inclusiva, com perspectiva de género, regulada, segura e transparente como fonte de desenvolvimento sustentável que permita colmatar as brechas digitais entre os países e dentro deles, que se converteram numa nova fonte de desigualdade e que se promova, através da cooperação internacional, a transferência de tecnologia e troca de conhecimentos para os países em desenvolvimento, em condições mutuamente acordadas.

Uma emergência multidimensional

11. Afirmou que os nossos países enfrentam múltiplas emergências agravadas pela COVID-19: a sanitária, a económica e a social, que por sua vez ocorrem simultaneamente com a deterioração das condições ambientais causadas pelo impacto das mudanças climáticas e a perda da biodiversidade no nosso planeta. Por esse motivo, ante os efeitos negativos derivados da COVID-19 e os recentes fenómenos climáticos que tiveram impacto nos países ibero-americanos, considerou necessário promover estratégias para contar com recursos para enfrentá-los. Apenas através de uma compreensão e visão abrangente e holística destas realidades podemos dar respostas eficientes e oportunas a realidades complexas e interdependentes que afetam a comunidade global no seu conjunto.
12. Assinalou que os Governos são os máximos responsáveis da formulação e implementação das políticas públicas necessárias para neutralizar os efeitos da pandemia de Coronavírus, mas que a ação governamental por si só não é suficiente. Para alcançar soluções eficazes, é necessário o compromisso e a colaboração de todos os cidadãos e de todos os agentes estratégicos para um desenvolvimento económico e social que garanta a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente, tais como Paramentos, governos regionais e locais, o setor empresarial, as organizações sociais, as instituições de ensino superior e científicas e a sociedade civil.
13. Comprometeu-se a continuar a desenvolver políticas de apoio económico e social eficazes, integrais, com foco em direitos humanos, que sejam solidárias e sustentáveis, a fim de aliviar o impacto diferenciado da crise sobre os grupos e setores em situação de vulnerabilidade, que são os mais expostos a situações de desemprego, pobreza ou discriminação. Para tal, é essencial contar com sistemas de proteção social universais, integrais e eficazes, serviços públicos de qualidade, diálogo social consolidado e maior investimento público, a fim de garantir o conjunto dos direitos económicos, sociais e culturais de nossas populações.
14. Advertiu que a recuperação económica necessita aumentar a capacidade dos governos de investir em sistemas de saúde, educação e serviços básicos com cobertura universal, integrando a dimensão ambiental de forma transversal. O Acordo de Paris insta os países a reafirmarem os seus compromissos de ação climática (mitigação, adaptação e meios de implementação), atualizando também as suas contribuições determinadas a nível nacional e apresentando, logo que possível, estratégias a longo prazo para um desenvolvimento com baixas emissões de gases com efeito de estufa, respeitando o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades, face às diferentes realidades nacionais. Sustentou, da mesma forma, que o envolvimento do setor privado é essencial para conseguir o cumprimento dos objetivos ambientais.
15. Manifestou que a crise da COVID-19 é eminentemente urbana e ocorre num mundo cada vez mais urbanizado. As cidades, que concentraram grande parte do impacto, estão em primeira linha a gerir a emergência, garantindo serviços básicos, apoiando pessoas em situação de vulnerabilidade e dinamizando o seu setor produtivo para preservar empregos e atividade económica. Assinalou, contudo, que este impacto não deve subestimar a atenção às zonas rurais, onde os seus efeitos podem ser muito mais graves devido à fragilidade dos respectivos serviços de saúde, especialmente nas comunidades rurais em situação de pobreza, cujas dificuldades estão mais centradas na acessibilidade e no equipamento dos serviços públicos de saúde e proteção social.

O papel dos Estados e a recuperação do espaço público diante da crise

16. Assinalou que a pandemia demonstrou a importância de continuar a fortalecer o papel e a capacidade dos Estados para agir com eficácia e rapidez em situações inesperadas. Mostrou também que as Administrações Públicas são essenciais para promover uma transformação da sociedade que seja justa, equitativa equilibrada, solidária e que não deixe ninguém atrás.
17. Coincidiu na oportunidade de redefinir, conforme o caso, a relação do Estado com a sociedade e o mercado, em particular a sua relação com os agentes sociais e económicos, para chegar a um consenso sobre como e onde distribuir os seus recursos para a recuperação económica, conseguir novas fontes de financiamento e lançar as bases para um sistema mais sustentável e respeitador do meio ambiente, sem entraves ao desenvolvimento económico dos países e à cooperação internacional. Nesse contexto, a transparência e a prestação de contas, a concertação política e a participação cidadã são fundamentais para alcançar a recuperação económica e social e fortalecer a confiança nas nossas instituições.
18. Considerou necessário dar uma resposta coerente, proporcionada e coordenada para minimizar os riscos e aumentar a resiliência das nossas sociedades e aproveitar as vantagens que oferece a inovação, assim como o acervo internacional em matéria de redução de risco de desastres, para consolidar modelos, estruturas e sistemas de prevenção, operacionalização, monitoramento e recuperação para enfrentar os efeitos da mudança climática, o aumento de eventos externos, as crises sanitárias ou os desastres naturais.

A resposta internacional

19. Sustentou que cinco anos após a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris sobre Mudança Climática, os dados mostram que é necessário um maior esforço global para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e um maior impulso nos compromissos em matéria de mitigação, adaptação e em meios de implementação, bem como um aumento substancial dos recursos financeiros, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades, face às diferentes realidades nacionais.
20. Considerou que a resposta face à pandemia deve ser concertada de forma solidária entre todos os países e todos os âmbitos internacionais e que os espaços multilaterais são a ferramenta mais eficaz para coordenar as ações definidas pelos Estados, partilhar experiências e adotar medidas que possam contribuir para encontrar as soluções sanitárias, sociais, económicas e ambientais que permitam reconstruir melhor todos os países, de acordo com as suas necessidades.
21. Como parte dessas soluções, viu com satisfação todos os esforços que a comunidade internacional está a realizar e nos quais estão diretamente envolvidos vários dos nossos países e defendeu uma consolidação das normas internacionais que apoiem o acesso universal a preços acessíveis, justos, equitativos, transparentes, eficientes e oportunos a instrumentos preventivos, exames laboratoriais, reagentes e materiais de apoio, equipamentos médicos essenciais, novos diagnósticos, medicamentos e tecnologias sanitárias e, sobretudo, futuras vacinas contra o Coronavírus, consideradas como bens públicos universais.

22. Nesse contexto, manifestou o seu apoio a desenvolver propostas de alcance global que favoreçam a partilha de dados, conhecimentos, propriedade intelectual e facilitar o acesso equitativo a produtos de saúde que permitirão salvar vidas face à COVID-19.
23. Reconheceu o relevante trabalho da Rede Ibero-Americana de Autoridades de Medicamentos (EAMI) e, por isso, promoverá o seu fortalecimento institucional e as suas capacidades, fomentando processos de reconhecimento mútuo, a confiança regulatória entre os países da Rede, a adoção de padrões comuns e a consolidação das instituições nacionais, a fim de avançar para uma convergência ibero-americana na matéria.
24. Relativamente aos temas de saúde pública, é requerido um esforço comum para o combate às doenças endémicas na região ibero-americana. Neste sentido, reconheceu a importância de incorporar no espaço ibero-americano a temática da prevenção e eliminação da doença de Chagas, congénito.
25. Considerou que os organismos multilaterais de financiamento para o desenvolvimento devem ser fortalecidos para obter um maior impacto e assim poder contribuir de forma decidida, transparente e eficiente para o desenvolvimento sustentável, particularmente nos países em desenvolvimento, através do acesso justo, inclusivo e equitativo a mecanismos novos e efectivos de financiamento e outras formas de cooperação que sejam mais eficazes e inclusivas, que estejam ligados a estratégias de transformação tecnológica e produtiva, de desenvolvimento social e a políticas ambientais de médio e longo prazo.
26. Expressou a sua confiança em que as Agências, Fundos e Programas das Nações Unidas de âmbito económico, social e sanitário, assim como os organismos de âmbito internacional, regional e sub-regional da América Latina e das Caraíbas, continuem a apoiar os países em desenvolvimento altamente endividados como consequência da pandemia, incluindo os denominados de renda média, na hora de enfrentar os efeitos desta crise humanitária e socioeconómica. Do mesmo modo, reiterou que é necessário o apoio da cooperação internacional para que todos os países em desenvolvimento, sem exclusão, possam consolidar os progressos que alcançaram para superar as lacunas estruturais que ainda apresentam.
27. Assinalou ser necessário manter um espaço de diálogo com os mercados e com as instituições financeiras internacionais, a fim de flexibilizar os critérios de elegibilidade, os mecanismos e processos de desembolso e pagamento, renegociar, reprogramar e/ou aliviar a dívida externa em períodos de crises sistémicas e estabelecer medidas de ajuda adicionais sem ter em conta a classificação dos países segundo o seu nível de rendimento, bem como promover o cumprimento de compromissos internacionais da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e avaliar a melhor forma de ampliar os instrumentos financeiros para aumentar a assistência financeira, técnica e tecnológica.
28. Promoveu o estudo e a adoção de um novo quadro multilateral de avaliação dos riscos financeiros e macroeconómicos que incorpore a excepcionalidade da situação do COVID-19 e as medidas de resposta, ao qual possam aderir as agências de classificação, para evitar que as quedas de rating conduzam a um agravamento adicional da situação, em linha com o importante acervo da Conferência Ibero-Americana nesta matéria.
29. Promoveu uma mudança de paradigma que incentive o setor privado a adotar práticas sustentáveis e com impactos positivos na economia e na sociedade, em linha com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

30. Exortou a comunidade internacional a que continue a adoptar medidas coordenadas e eficazes para manter a estabilidade dos mercados financeiros e das cadeias mundiais de abastecimento, em particular através da redução temporária de tarifas e da eliminação de obstáculos ao comércio, especialmente para produtos farmacêuticos, sanitários e materiais científicos essenciais relacionados com a COVID-19 e alimentares, a fim de facilitar um fluxo comercial sem obstáculos e promover a recuperação económica global alinhada aos ODS.
31. Destacou a importância de fortalecer a implementação do Regulamento Sanitário Internacional e saudou as iniciativas multilaterais lançadas por alguns países ibero-americanos, que procuram contribuir para melhorar a capacidade de resposta face ao Coronavírus e outras futuras ameaças epidemiológicas.

A Cooperação Sul-Sul e Triangular

32. Reafirmou o compromisso com a promoção e fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e Triangular, reconhecidas pela comunidade internacional e por todos os nossos países como ferramentas eficazes de apoio para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e como complemento da Cooperação Norte-Sul. No atual contexto de pandemia da COVID-19, devem-se promover projetos de Cooperação Sul-Sul e Triangular e fomentar a sua implementação, para responder aos desafios da crise multidimensional. Nesse sentido, valorizou os avanços substanciais alcançados pelo espaço ibero-americano, entre outros, em matéria de fortalecimento institucional da Cooperação Sul-Sul e Triangular desenvolvidos durante a última década.
33. Destacou a importância da cooperação descentralizada como uma modalidade da Cooperação Sul-Sul e Triangular que fortalece as capacidades e os processos de tomada de decisão a partir da articulação das perspectivas dos governos locais e nacionais, no quadro da pandemia.

Rumo a um novo pacto social

34. Manifestou que situações inesperadas, como a crise da COVID-19, criam a oportunidade para formular um novo pacto social baseado na solidariedade e na justiça social, a recuperação do crescimento económico, o desenvolvimento sustentável e inclusivo, a preservação da biodiversidade, a resposta à mudança climática, a inovação e uma nova visão do papel do Estado e do público. E reconheceu a urgência de assumir hoje a responsabilidade pelas tarefas que ficaram pendentes após a crise financeira mundial ocorrida há apenas doze anos e que agora voltam a ressurgir como o grande desafio para as futuras gerações.
35. Promoveu o desenvolvimento e o fortalecimento de sistemas universais de saúde, proteção social e segurança no trabalho focados na prevenção. E reafirmou a necessidade de tornar efetivo o acesso da população aos serviços de saúde e estabelecer as condições, onde elas não existam, para fortalecer os sistemas de proteção contra o desemprego, no quadro de políticas para o fomento do trabalho digno, continuando a incorporar progressivamente no sistema laboral os setores informais da economia, dando especial atenção às mulheres e aos jovens, idosos e pessoas com deficiência e finalmente, de

forma consensual, avançar para novos pactos fiscais que permitam dar sustentabilidade a todas estas respostas.

36. Mostrou-se preocupada com a aceleração das tendências negativas no mercado de trabalho na atual conjuntura, tais como a precarização do emprego, o aprofundamento da desigualdade salarial entre homens e mulheres, a concentração do desemprego nos setores menos privilegiados da força de trabalho, a crescente lacuna entre empregos manuais e digitais, a interrupção dos ciclos de educação e formação, a desigualdade na repartição do trabalho de cuidados não remunerado que enfrentam as mulheres, a persistência do trabalho infantil e a falta de respostas competitivas perante o aumento da automatização nas cadeias de valor.
37. Exortou a Organização Ibero-Americana de Segurança Social a projetar e elaborar a III Estratégia Ibero-Americana de Segurança e Saúde no Trabalho 2021-2025, alinhada com os Objetivos da Agenda 2030, que contribua, no contexto da pandemia COVID-19, para o desenvolvimento de instrumentos específicos com o foco de género para garantir a segurança e saúde nas novas formas de organização do trabalho, fortalecer a luta para incorporar os setores informais à economia formal, com especial atenção à população migrante, articular a promoção da prevenção e eliminar qualquer forma discriminação.

Enfrentando as desigualdades

38. Renovou a sua vontade de continuar a lutar pela inclusão social, pela erradicação da pobreza e da fome em todas as suas formas e dimensões, flagelo que afeta uma percentagem crescente da nossa população, em consequência da crise socioeconómica acentuada pela pandemia.
39. Reconheceu o impacto diferenciado da crise sobre as mulheres. Apesar de serem agentes ativos na primeira linha, as mulheres enfrentam, de forma desproporcionada, os seus impactos mais negativos. A crise aumenta as barreiras que impedem alcançar a igualdade plena das mulheres, aumentando o risco de que sofram todos os tipos de violência contra a mulher, incluindo a violência doméstica e o assédio sexual. Assim, decidiram promover uma participação mais ativa das mulheres na economia e na recuperação económica pós-pandemia na Ibero-América.
40. Saudou os esforços realizados pela SEGIB e a ONU Mulheres para promover leis e quadros regulatórios que garantam a autonomia e o empoderamento económico das mulheres na Ibero-América, que hoje ganham mais sentido e força pelo impacto do COVID-19. Apoiou também a Coligação Ibero-Americana para o Empoderamento Económico das Mulheres, com o objetivo de unir esforços em torno da Coligação de Ação pela Justiça e Direitos Económicos do Fórum Geracional de Igualdade, impulsionado no quadro da comemoração Pequim +25.
41. Reafirmou o compromisso de continuar a concretizar ações para incorporar a perspectiva de género de maneira transversal em todos os âmbitos da Conferência Ibero-Americana, incluindo as assumidas nas reuniões ministeriais setoriais da XXVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Nesse sentido, reconheceu o trabalho realizado em matéria de prevenção e eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres no espaço ibero-americano e reconheceu a importância de continuar a impulsionar esta matéria.

42. Expressou a sua profunda preocupação pelo impacto que a pandemia está a ter na vida dos idosos. Reconheceu também que a solidariedade entre as gerações a todos os níveis, dentro das famílias, comunidades e nações, é fundamental para o objetivo de uma sociedade inclusiva para todas as idades. Comprometeu-se a promover iniciativas que mitiguem os impactos negativos durante e após a pandemia na saúde, qualidade de vida, direitos e bem-estar dos idosos.
43. Reiterou o compromisso com o respeito dos direitos humanos dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados, o princípio de não devolução, o acesso aos serviços públicos de saúde e benefícios sociais e valorizou os objetivos contidos no Pacto Mundial para uma migração ordenada, segura e regular. A pandemia expõe as pessoas em situação migratória irregular a uma maior vulnerabilidade, particularmente as mulheres migrantes, menores, idosos e pessoas com deficiência, entre outras.
44. Reafirmou os princípios de respeito pela dignidade inerente das pessoas deficientes estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) e seu protocolo opcional, como um pilar fundamental na gestão da emergência sanitária e na sua reabilitação posterior.
45. Apoiou também o trabalho realizado pelo Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e das Caraíbas (FILAC) sobre a evolução da COVID-19 e o seu impacto nos povos indígenas, destacando as boas práticas de prevenção e mitigação que desenvolvem face à pandemia e reiterou o compromisso de acordar previamente com eles as medidas de prevenção, atenção, mitigação sanitária e recuperação económica, com pleno respeito do seu contexto cultural. Igualmente, reafirmou o compromisso de preservar, revitalizar e fomentar as línguas indígenas e apoiou os trabalhos realizados pela SEGIB, a OEI e a FILAC nessa matéria.
46. Reafirmou o compromisso dos Estados da Conferência Ibero-Americana com a adoção de medidas nacionais para enfrentar o flagelo do racismo e da intolerância nas suas diversas manifestações, acentuado pela crise sanitária que criou um maior risco de discriminação e exclusão das comunidades afrodescendentes historicamente marginalizadas.

O impacto sobre a educação e sobre a cultura

47. Considerou que as medidas adoptadas para combater a pandemia afetaram fortemente os sistemas educativos, que se viram obrigados a encerrar centros educativos e universitários e a procurar garantir a continuidade da educação mediante o ensino e aprendizagem à distância, procurando atingir o maior número possível de alunos e mitigar o abandono escolar. A reabertura de centros educativos representa um desafio, face à complexa situação sanitária que continuamos a atravessar.
48. Afirmou que a educação digital não depende apenas de ter acesso, conectividade e equipamentos, sendo fundamental a adoção de estratégias adequadas que incluam o acompanhamento pedagógico por meio de metodologias específicas para a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, cognitivo e social, assim como a redução da brecha digital em todas as suas dimensões.
49. Apoiou os trabalhos para a formulação e implementação da proposta de estratégia ibero-americana para a transformação digital da educação superior, de acordo com o aprovado na I Reunião de Ministras, Ministros e Altas Autoridades de Educação Superior, celebrada

em Havana (Cuba) nos dias 10 e 11 de fevereiro, assim como a promoção, nesse quadro, de linhas de ação dirigidas aqueles aspectos que se revelaram estratégicos na resposta académica à crise da COVID-19. Para tal, é importante defender a garantia e a livre utilização dos recursos financeiros para a formação universitária previstos por cada um dos Estados.

50. Sustentou que a recuperação económica posterior à pandemia oferece uma oportunidade para acelerar as reformas em educação e formação profissional e técnico-profissional, incluindo o reforço das competências digitais e fortalecer a sua resiliência, mediante ações que permitam uma adaptação mais ágil às mudanças e às necessidades do mercado de trabalho. Da mesma forma, afirmou ser esta uma oportunidade para a participação ativa das universidades e outras instituições de Ensino Superior na solução dos problemas socio-económicos da sociedade.
51. Reconheceu com preocupação os efeitos devastadores que a pandemia provocou nas indústrias culturais e criativas, assim como noutras expressões culturais de profundo enraizamento e prática comunitária. Neste contexto, expressou o seu reconhecimento aos artistas e agentes culturais os quais, com criatividade, nos ajudaram a suportar os difíceis momentos da pandemia. Valorizou também a ação dos países enquadrados na Agenda Digital Cultural para a Ibero-América como outro meio para manter a produção, circulação e internacionalização dos seus bens e serviços e, desse modo, gerar o acesso democrático da população às diversas manifestações artísticas e culturais. Destacou igualmente a realização do Estudo e Avaliação do impacto do COVID-19 nas indústrias culturais e criativas, uma iniciativa do Mercosul apoiada pela SEGIB, a UNESCO, o BID e a OEI.
52. Da mesma maneira, saudamos as ações desenvolvidas no âmbito das nossas Chancelarias e no contexto da crise da Covid-19 pela recém constituída Rede Ibero-Americana de Diplomacia Cultural (RIDCULT), sob a coordenação do México de do Perú e com o acompanhamento e apoio da SEGIB, aprofundando os nossos laços históricos, o diálogo intercultural e inclusivo, assim como a colaboração intersectorial entre os países ibero-americanos.
53. Destacou a formulação da Estratégia Ibero-Americana de Cultura e Desenvolvimento Sustentável, que promove ações conjuntas e concretas na Ibero-América para o fortalecimento da diversidade cultural, o património e as indústrias criativas e culturais. Do mesmo modo, saudou o VII Congresso Ibero-Americano de Cultura celebrado de modo virtual a partir do México entre 4 e 8 de novembro 2020.

Ambiente

54. Afirmou que a recuperação económica da crise gerada pela COVID-19 necessita integrar a dimensão ambiental, sem que o impacto da pandemia trave a capacidade dos governos para atribuir recursos à promoção do desenvolvimento sustentável. É necessário aproveitar o contexto atual para estabelecer os fundamentos de um sistema económico sustentável, inclusivo, sem obstáculos ao desenvolvimento dos países e catalisador de investimentos, especialmente em infraestruturas sustentáveis e tecnologias limpas e inovadoras.
55. Manifestou a sua satisfação pela decisão, em 16 de setembro passado, durante a X Conferência de Ministros e Ministras do Meio Ambiente, realizada no âmbito ibero-americano após onze anos, de avançar na configuração de uma Agenda Ambiental Ibero-

Americana e no compromisso com o processo multilateral para enfrentar as causas e efeitos adversos da mudança climática, a perda de biodiversidade e a degradação dos solos.

56. Destacou a celebração da COP25 em Madrid, em dezembro de 2019, sob a presidência do Governo do Chile, que realçou o compromisso da Ibero-América com o processo multilateral para fazer frente aos efeitos associados às mudanças climáticas.
57. Manifestou que a pandemia da COVID-19 colocou em destaque a estreita relação que existe entre a crise sanitária e a crise ambiental. A gestão inadequada dos habitats naturais, o comércio ilegal de espécies e a perda da biodiversidade aumentam o risco de epidemias provenientes do reino animal, em particular da fauna selvagem. A redução da superfície dos ecossistemas naturais, bem como os efeitos da poluição e das mudanças climáticas, representam um enorme custo social, económico e sanitário. Indicou que investir na proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, incluindo meios que contemplem mecanismos de cooperação internacional, constitui uma estratégia fundamental para prevenir crises semelhantes no futuro.
58. Sustentou que o acesso à água potável e ao saneamento básico, assim como garantir o seu abastecimento no âmbito de uma gestão integrada dos recursos hídricos, é fundamental para fazer frente à disseminação da COVID-19 e contribuirá especialmente para a concretização do ODS 6.

Um círculo económico virtuoso

59. Expressou a importância de que os padrões de produção e consumo de nossas sociedades devam mudar para se tornarem mais inovadores e sustentáveis e adaptarem-se aos novos desafios que se colocam a nível global, avançando para o cumprimento do ODS 12 de produção e consumo responsáveis. É essencial produzir mais e melhor com menos recursos, adotando comportamentos mais responsáveis e reduzindo a geração de resíduos. Destacou a necessidade de dissociar o crescimento económico da degradação ambiental, adaptar a economia para melhorar a distribuição dos recursos a nível local, melhorando as cadeias de abastecimento e valor e favorecendo a complementaridade das nossas economias, gerando abastecimento regional e criando oportunidades de internacionalização.
60. Reiterou o compromisso da Ibero-América para atender as necessidades mais prementes de alimentação e segurança alimentar e nutricional das populações em situação de vulnerabilidade, destacando que os sistemas de produção e distribuição de alimentos são essenciais para a sustentabilidade e para alcançar o ODS 2, Fome Zero. Por essa razão, é necessária a colaboração em políticas, planos e programas de assistência e proteção social, assim como na erradicação da fome e da desnutrição, para garantir durante a crise e a recuperação o acesso da população aos alimentos, manter o funcionamento das explorações agropecuárias, incluindo critérios de sustentabilidade ambiental e com baixas emissões de gases com efeito de estufa, resolver problemas logísticos das cadeias de valor alimentar, assegurar o funcionamento dos pontos de venda a retalho e reduzir o desperdício de alimentos. Nesse sentido, recordou que a FAO informou a CELAC que a pandemia se irá repercutir num aumento da fome e da pobreza na América Latina e nas Caraíbas.

61. Neste sentido, tomou nota da iniciativa das redes parlamentares ibero-americanas de combate à fome e desnutrição, que contam com o apoio da FAO, do PARLATINO e do Parlamento Europeu e de diversos governos ibero-americanos, para criar uma Aliança Parlamentar Ibero-Americana para atingir o ODS 2.
62. Considerou necessário apoiar a agricultura urbana, suburbana e familiar e outras experiências agroprodutivas, assim como fortalecer os sistemas alimentares dos povos indígenas. Destacou a importância de promover a resiliência e melhorar a gestão de risco de desastres e a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas no sector agrícola. Para tal, instou os países a desenvolver políticas comerciais e fiscais com critérios de sustentabilidade que sejam coerentes com as regras da Organização Mundial de Comércio (OMC), mantendo aberto o comércio agrícola regional e mundial, a fim de evitar alterações nos preços domésticos ou redução na oferta de alimentos.
Nesse contexto, instou à SEGIB a promover com os governos nacionais a implementação de programas, iniciativas ou projetos, como o Plano Ibero-Americano de Gastronomia e Alimentação, para promover a segurança alimentar, a nutrição e o acompanhamento e apoio técnico necessários no âmbito da Agenda 2030.
63. Saudou a realização do primeiro Foro Ibero-Americano de Gastronomia, Alimentação e Turismo Sustentável: Alianças para a resiliência durante e após a COVID-19, celebrado em 9 e 10 de setembro de 2020, sob a coordenação do Panamá com o apoio da Secretaria Geral Ibero-Americana, com o objetivo de contribuir, a partir da cooperação ibero-americana, para a partilha de diagnósticos, instrumentos e estratégias para a recuperação e desenvolvimento sustentável da gastronomia, a alimentação e o turismo.
64. Considerou que a recuperação económica requer um setor empresarial que promova a transição para modelos de produção e consumo sustentáveis e inclusivos como a economia circular, baixa em emissões de gases com efeito estufa e altamente competitiva, de acordo com as suas capacidades nacionais. Requer também o desenvolvimento de ferramentas de inovação e soluções empresariais como a homologação e digitalização de processos de facilitação do comércio e da internacionalização das MPMEs, que ajudem a gerar emprego e tenham um impacto económico, social e ambiental sustentável.
65. Sustentou que a COVID-19 tem um impacto determinante sobre o turismo em todos os nossos países, pelo que, em coordenação com organismos internacionais especializados, se torna imprescindível projetar e articular modelos e sistemas inovadores que permitam avançar para um novo paradigma do sector no quadro das Linhas Estratégicas do Turismo e do Desenvolvimento Sustentável na Ibero-América.

Inovação cidadã e inovação aberta

66. Reconheceu a contribuição dos Laboratórios de Inovação Cidadã (LABIC), promovidos pela SEGIB, que oferecem uma referência global de geração de inovação para o desenvolvimento sustentável, ao incluir a cidadania como agente relevante da cooperação e contribuir com iniciativas durante a crise que estamos a atravessar.
Por isso, no quadro da cooperação ibero-americana, instou a SEGIB a apoiar a realização de laboratórios de inovação cidadã de carácter local nos países que se mostrem interessados.
67. Apoiou a implementação de estratégias de inovação aberta e colaborativa nos países ibero-americanos e saudou os esforços para potenciar a interação entre grandes

empresas, MPMEs, empresas comunitárias e cooperativas e novos empreendimentos com representantes da comunidade académica na ligação Universidade-Empresa, bem como a necessidade de desenvolver capacidades e oferecer formação a PMEs e MPMEs no âmbito das competências digitais.

Conhecimento científico e tecnológico

68. Afirmou que o conhecimento científico e tecnológico deve ter um papel central na inovação a partir de uma abordagem disruptiva. A pandemia demonstrou precisamente a necessidade de fortalecer os sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, assegurando o investimento em I&D, promovendo a cooperação entre eles e a transferência de conhecimento e tecnologia inovadora.
69. Valorizou a realização da Reunião extraordinária de Alto Nível sobre “Ciência, Tecnologia e Inovação contra a crise da COVID-19”, realizada em 30 de junho de 2020, que permitiu identificar desafios comuns e oportunidades de cooperação sobre a pandemia na Ibero-América, para que configurem uma agenda orientada à luta contra esta crise e as suas consequências, cujo impulso e desenvolvimento encomendou à SEGIB.
Nesse sentido decidiu, com base no acesso democrático à informação científica, instar a SEGIB a estabelecer um mecanismo de conhecimento partilhado que permita reunir e sistematizar as principais linhas de ação que os nossos países estão a empreender para combater a COVID-19 e os seus efeitos sanitários, económicos e sociais.
70. Saudou a aprovação da Estratégia Ibero-Americana de Inovação na Reunião de Ministras, Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação, no passado dia 27 de outubro, que permitirá promover, através da ciência, da tecnologia e da inovação, a recuperação socio-económica e alcançar as metas previstas na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
71. Destacou o compromisso da comunidade científica que, para além de investigar novas terapias e vacinas eficazes, assessora as autoridades competentes no combate à pandemia, gerando novos conhecimentos e apresentando soluções inovadoras. Da mesma forma, saudou a criação pelo Programa de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) da ação estratégica COVID-19, COVIRed.
Nesse sentido, instou a SEGIB a promover a criação do Observatório Epidemiológico Ibero-americano, para o que considerou necessário reativar a Rede Ibero-Americana de Supercomputação e estabelecer um mecanismo rápido de transferência de conhecimento tecnológico e tecnologia que inclua as áreas de prevenção e controle de epidemias.

A Reunião recebeu com especial interesse o Memorando apresentado pelo *Grupo de Trabalho Ibero-Americano para a Recuperação Socioeconómica no Âmbito da COVID*, que foi coordenado pelo Equador com o apoio de outros países ibero-americanos, e que recolhe importantes propostas de linhas de ação resultantes das 5 Mesas Técnicas sobre: 1. O desafio da informalidade no emprego e os sistemas de proteção social; 2. O papel das MPMEs na recuperação económica; 3. Desenvolvimento digital para a educação e o emprego; 4. Novos esquemas de financiamento; e 5. Circuito económico virtuoso: economia de cores e turismo sustentável. Apoiou a continuidade do Grupo de Trabalho, que será uma base útil para futuras ações da Conferência Ibero-Americana.

Agradeceu à Secretaria Geral Ibero-Americana e muito particularmente à Secretária-Geral, Rebeca Grynspan, pela dedicação e liderança com que conseguiu, nestes meses difíceis, manter ativo o espaço ibero-americano como plataforma de discussão e busca de alternativas inovadoras que contribuam para gerar soluções para a crise e erguer espaços de participação em todas as esferas da discussão internacional sobre a crise da COVID-19.

Por último, expressou a sua gratidão ao Governo e ao povo de Andorra por ter tomado a seu cargo a direção da Conferência durante estes dois anos e por ter assumido, num dos momentos mais difíceis por que passou a nossa Comunidade Ibero-Americana, a liderança de nossa ação.

Maria Ubach Font
Ministra de Assuntos Exteriores de Andorra